



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10280.720591/2011-51
Recurso Voluntário
Resolução nº **2401-000.876 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 8 de junho de 2021
Assunto DILIGÊNCIA
Recorrente NOVACON REFLORESTADORA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência nos termos do voto condutor. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido na Resolução nº 2401-000.875, de 8 de junho de 2021, prolatada no julgamento do processo 10280.720586/2011-48, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente Redatora

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: José Luís Hentsch Benjamin Pinheiro, Matheus Soares Leite, Rodrigo Lopes Araujo, Rayd Santana Ferreira, Andrea Viana Arrais Egypto, Miriam Denise Xavier.

Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado na resolução paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face de acórdão de primeira instância que julgou impugnação improcedente contra Notificação de Lançamento referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). O recurso *versa sobre a glosa da Área de Reserva Legal*.

As circunstâncias da autuação e os argumentos de Impugnação estão resumidos no relatório do acórdão recorrido. Na sua ementa, estão sumariados os fundamentos da decisão, detalhados no voto.

Cientificado do acórdão recorrido, o sujeito passivo interpôs Recurso Voluntário, aduzindo, em síntese, que, *o órgão julgador reconheceu a juntada aos autos de certidão da cadeia dominial do imóvel e não aceitou a impugnação por não ter sido apresentado*

Fl. 2 da Resolução n.º 2401-000.876 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10280.720591/2011-51

tempestivamente Ato Declaratório Ambiental, mas o Superior Tribunal Justiça vem decidindo reiteradamente pela desnecessidade de apresentação do Ato Declaratório Ambiental.

Em face de Resolução de 3 de junho de 2020, foram carreados aos autos documentos, tendo a recorrente apresentado manifestação.

É o relatório.

Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado na resolução paradigma como razões de decidir:

Admissibilidade. Presentes os pressupostos de admissibilidade, em cognição provisória, tomo conhecimento do recurso.

Conversão do julgamento em diligência. O recurso versa apenas sobre a área de reserva legal, tendo o Acórdão de Impugnação¹ considerado que Certidão de Cadeia Dominial² comprovaria a averbação da área de reserva legal, mantendo a glosa da Área de Reserva Legal em razão de o ADA³ ser intempestivo para o exercício, não substituindo o ADA de exercício posterior o de exercício anterior.

A Resolução de 3 de junho de 2020⁴ converteu o julgamento em diligência para a apresentação de matrícula atualizada do imóvel, sob a premissa de que, por força da extensão e profundidade do recurso voluntário, foi transferida ao presente colegiado a apreciação de toda a matéria impugnada, ou seja, o conhecimento das questões atinentes aos dois fundamentos do pedido de cancelamento da glosa da área de reserva legal. (Lei n.º 5.869, de 1973, art. 515, caput e §§ 1º e 2º; e Lei n.º 13.105, de 2015, arts. 15 e 1.013, caput e §§ 1º e 2º), até porque não teria a Fazenda Nacional o poder de recorrer do entendimento de a averbação da área na matrícula do imóvel estar comprovada por lhe faltar interesse jurídico, eis que o pedido de cancelamento da glosa não prosperou, tendo o Acórdão de Impugnação julgado a impugnação improcedente, não significando uma eventual comprovação da ausência de averbação *reformatio in pejus*, pois o Acórdão de Impugnação indeferiu o pedido de cancelamento da glosa, ainda que por fundamento diverso⁵.

¹ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 116.

² No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 75/76.

³ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 49.

⁴ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 149/153.

⁵ Em face do caso concreto atinente ao processo n.º 10280.720586/2011-48, a fiscalização levantou dois fundamentos para o capítulo da glosa da área de reserva legal: (1) não apresentação do Ato Declaratório Ambiental – ADA; e (2) não apresentação da certidão do registro imobiliário onde conste a averbação da área de reserva legal. Na impugnação, ambos os fundamentos foram contestados. O Acórdão de Impugnação acatou as alegações de defesa em relação ao segundo fundamento, mas rejeitou o pedido de cancelamento da glosa da área de reserva legal com lastro no primeiro fundamento. O entendimento de não ser cabível o conhecimento da questão pertinente ao segundo fundamento da glosa em sede de recurso voluntário, *apesar de a Fazenda Nacional não ter sido sucumbente (a glosa da área de reserva legal foi mantida pelo Acórdão de Impugnação) e apesar de não lhe ser facultado o direito de recorrer da decisão de primeira instância por lhe faltar interesse jurídico para atacar Acórdão de improcedência da impugnação*, significa que a questão atinente ao fundamento de não ter sido apresentada matrícula com averbação da área de reserva legal teria de restar definitivamente julgada em primeira instância. Contudo, não há qualquer princípio ou regra no Decreto n.º 70.235, de 1972, ou na Lei n.º 9.784, de 1999, a amparar tal trânsito em julgado em desfavor da parte vencedora na primeira instância administrativa. A genérica alegação de incompatibilidade do processo administrativo fiscal para justificar o não conhecimento da questão

Fl. 3 da Resolução n.º 2401-000.876 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10280.720591/2011-51

A partir dessa premissa, considerou-se que o processo não se encontrava em condições de imediato julgamento, pois a Certidão de Cadeia Dominial já havia sido apresentada para a fiscalização e sem a “Matrícula atualizada do registro Imobiliário, com a averbação da área de reserva legal” exigida pela autoridade lançadora⁶ não havia como se verificar se a averbação da área de reserva legal foi retificada ou cancelada por ato posterior com eficácia retroativa constante da matrícula do imóvel, bem como os exatos termos da averbação eventualmente vigente ao tempo do fato gerador.

Como resultado da diligência, foi carreado aos autos Ofício do Cartório de Registro de Imóveis, a asseverar^{7 8}:

Cumprimentando-o Vossa Senhoria cordialmente, por meio do presente, e em atendimento ao que dispõe o ofício já mencionado em epígrafe, comunico que, verificando em nossos arquivos, esta Serventia **ENCAMINHA EM ANEXO CERTIDÕES DE INTEIRO TEOR DA FAZENDA VILA NOVA. CERTIFICO**, que o imóvel foi georreferenciada e certificada pelo Instituto INCRA, a qual foi aberta 02 matrículas da área e vendida com data de registro em 20 de outubro de 2017 por confissão e assunção de dívida, com de garantia hipotecária e pignoratícia, para empresa VILA NOVA AGROINDÚSTRIA do CNPJ n.º27.053.643/0001-50. Firmo que estas informações e as demais constam no corpo da certidão em anexo.

A seguir⁹, consta dos autos apenas uma Certidão Inteiro Teor a se referir à matrícula 5.390, às fls. 190 do livro n.º “2-T” (Registro Geral), de 20 de outubro de 2017, transcrevo com omissões:

atinente ao fundamento de não ter sido apresentada matrícula com averbação da área de reserva legal, no meu entender, viola o devido processo legal, norma constitucional também aplicável a favor da Fazenda Nacional. Por fim, cabe lembrar (Lições de Direito Processual Civil: volume 2 / Alexandre Freitas Câmara. – 22ª. ed. - São Paulo : Atlas, 2013, p. 99 e 100, destaquei):

Quanto à profundidade do efeito devolutivo da apelação, há que se afirmar que esta é idêntica à profundidade da cognição exercida pelo juízo *a quo* para o fim de proferir a sentença recorrida.⁹⁰ A devolução é, pois, plena (quanto à profundidade). Isso decorre do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 515 do CPC. Assim é que, ao julgar o mérito da apelação, poderá o tribunal apreciar todas as questões examináveis de ofício a cujo respeito o órgão *a quo* não se tenha manifestado, tenham elas sido ou não discutidas pelas partes em primeiro grau de jurisdição. Da mesma forma, **fundando-se o pedido (ou a defesa) em mais de um fundamento, e tendo a sentença apreciado apenas um (ou alguns) deles, a apelação permite ao tribunal que conheça dos demais. Pense-se, por exemplo, numa demanda de despejo por duplo fundamento (falta de pagamento e infração contratual). Proferida a sentença de procedência do pedido pelo primeiro fundamento, e tendo o juiz deixado de apreciar o segundo (ou o tendo rejeitado), e interposta apelação pelo demandado, poderá o tribunal, no julgamento do recurso, “confirmar” a sentença, julgando procedente o pedido do demandante pelo mesmo fundamento em que se baseou a sentença, ou pelo outro fundamento, que não havia sido apreciado (ou que havia sido rejeitado). Em outros termos (sempre no exemplo dado acima, do despejo por duplo fundamento), uma vez decretado o despejo por um fundamento, e interposta a apelação, poderá o tribunal negar provimento ao recurso e decretar o despejo pelo mesmo fundamento, ou por outro.⁹¹ O mesmo se diga, *mutatis mutandis*, para a defesa com mais de um fundamento.**

⁹⁰ Greco Filho, *Direito processual civil brasileiro*, p. 316.

⁹¹ É curioso notar que, analisando esta hipótese, afirma notável processualista que na hipótese seria caso de dar provimento ao recurso (Bermudes, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. VII, p. 136). Parece preferível, porém, o tribunal negar provimento à apelação, já que a pretensão de reforma da sentença terá sido rejeitada (ainda que por fundamento diverso daquele em que a sentença recorrida se baseara). No sentido aqui defendido, Barbosa Moreira, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, p. 398.

⁶ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 08.

⁷ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 158.

⁸ Apesar de o “Manual/Roteiro de Formalização/Padronização de Paradigmas e Repetitivos, versão 1.0” orientar a adoção de cuidados “no sentido de generalidade e abrangência”, o meu voto é no sentido de comandar diligência justamente para o esclarecimento de questões fáticas atinentes à matrícula do imóvel objeto do lançamento vertido no processo n.º 10280.720586/2011-48. Logo, não há como a partir desse momento não explicitar no corpo do voto as inconsistências da diligência frustrada e as circunstâncias de fato que merecem esclarecimento. Deixar de explicitá-las, no meu entender, comprometeria a motivação da decisão e inviabilizaria a elaboração dos quesitos de fato e, por consequência, inviabilizaria uma perfeita solução da lide.

Fl. 4 da Resolução n.º 2401-000.876 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10280.720591/2011-51

CERTIFICO em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, a pedido verbal de pessoa interessada e para os devidos fins que, dando busca nos livros de Registro Geral de Imóveis deste Cartório de Registro de Imóveis, deparei-me com a matrícula n.º **5.390**, às fls. **190** do livro n.º "**2-T**" (Registro Geral), de 20 de outubro de 2017, com o seguinte teor: **IMÓVEL** – Um imóvel Rural medindo **1541,7606** hectares, Perímetro de 22.189,08 m, denominado de "**FAZENDA VILA NOVA**" - **Parte 02 de 02**, e que se encontra representado pela seguinte descrição: (...) O Imóvel cadastrado no INCRA/SNCR sob n.º 9501577952835. (...) **PROPRIETÁRIO**: NOVACON REFLORESTADORA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, (...) por compra feita a José Sebastião Ferreira da Costa e sua mulher Maria Eneide Ferreira da Costa, nos termos da Escritura Pública de 16 de agosto de 2000, lavrada às fls. 120 do Livro 18, deste Cartório, devidamente registrada sob o n.º **R-1-3.553**, às fls. **253 do Livro 2-K**, de Registro Geral, na mesma data da matrícula, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. Abertura de Matrícula a requerimento do proprietário, com base no GEORREFERENCIAMENTO CERTIFICADO PELO INCRA (Lei n.º 10.267/ 2001 e Decreto n.º 4.449/2002), O referido é verdade e dou fé. ÔNUS NADA CONSTA. PROTOCOLO 21.623. ____ Oficial.

AV-01-5.390 - DATA: 13 DE JANEIRO DE 2017 - REFERENTE AO REGISTRO - R-02-3.553 - DATA: 14/12/2012 - transportada do Livro 2-K, fls. 253 - AVERBAÇÃO - Conforme TERMO DE AVERBAÇÃO DE RESERVA LEGAL - CADASTRAMENTO DE ÁREA DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL datado de 11 de dezembro de 2012, a proprietária NOVACON REFLORESTADORA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, proprietária da Fazenda Novacon H, registrada sob o n.º 2820 do livro n.º 2-1, fls. 120, deste Cartório, com coordenadas -48°12'663"W e 02°42'56,141"S, declara perante a autoridade ambiental do Município de Tomé-Açu, tendo em vista o dispositivo no art. 16, alínea "a" e parágrafo 2º da Lei n.º 4.771/65 e suas alterações - Código Florestal, que a floresta ou forma de vegetação existente com a área de 876,893 ha, correspondente a 20,00% do total da propriedade, compreendida nos limites indicados: Área da compensação 01: - P-01, de longitude -48°12'48,663"W, latitude -2° 42'56,141"S; P-02, de longitude -48°12'1,178"W, latitude -2° 42'56,866"S; P-03, de longitude -48°13'8,203"W, latitude -2° 46'13,282"S; P-04, de longitude -48°12'19,717"W, latitude -2° 46'22,292"S; fica registrado como **SERVIDÃO FLORESTAL** para a compensação para compor a **RESERVA LEGAL**, da propriedade objeto desta Matrícula, denominada **FAZENDA VILA NOVA**, sendo área privada titulada e registrada, Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. (...)

Portanto, o Ofício do Cartório de Registro de Imóveis informa o encaminhamento de duas certidões inteiro teor da FAZENDA VILA NOVA e que, após ter sido georreferenciada e certificada pelo INCRA, ela teria dado ensejo a duas matrículas, mas consta dos autos apenas uma Certidão Inteiro Teor em anexo ao Ofício, ou seja, a matrícula **5.390**, às fls. **190 do livro n.º "2-T"** (Registro Geral), de 20 de outubro de 2017, pertinente ao imóvel denominado **FAZENDA VILA NOVA - Parte 02 de 02**, medindo **1541,7606** hectares, cuja compra estaria registrada sob o n.º **R-1-3.553**, às fls. **253 do Livro 2-K**, de Registro Geral. Logo, deve haver uma segunda matrícula não carregada aos autos referente ao imóvel **FAZENDA VILA NOVA - Parte 01 de 02**, circunstância coerente com a gritante redução da área do imóvel.

Nesse contexto, resta claro que o comando da Resolução não foi integralmente atendido, mas também que o comando é insuficiente para solucionar a dúvida existente.

Portanto, impõe-se a reformulação dos termos da diligência comandada na Resolução para que sejam atendidos pela Receita Federal os seguintes quesitos de fato:

⁹ No processo n.º 10280.720586/2011-48, ver e-fls. 159/166.

Fl. 5 da Resolução n.º 2401-000.876 - 2ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10280.720591/2011-51

(1) Na matrícula do imóvel FAZENDA VILA NOVA, NIRF 7.762.800-4, com área total declarada de 2.081,9 ha, contemporânea ao exercício objeto do lançamento, havia área de reserva legal averbada antes da data de ocorrência do fato gerador do ITR referente ao exercício objeto do lançamento? A resposta a esse quesito deve ser instruída com certidão inteiro teor da matrícula **3.553, fls. 253, do Livro 2-K, de Registro Geral de Imóveis** do Cartório do Único Ofício da Comarca de Tomé-Açú/PA com todos os registros, averbações e anotações nela lançados, a ser extraída por meio reprográfico ou com transcrição datilográfica de sua literalidade (Lei n.º 6.015, de 1973, art. 19, § 1º), bem como das matrículas posteriores dela derivadas, em especial a matrícula faltante dentre as mencionadas no Ofício n.º 001/2020/CRI.

(2) Havendo área de reserva legal averbada antes da data de ocorrência do fato gerador do ITR referente ao exercício objeto do lançamento, ela se localizava na propriedade FAZENDA VILA NOVA, NIRF 7.762.800-4, ou envolveria compensação mediante reserva legal extrapropriedade?

(3) Havendo área de reserva legal na propriedade averbada antes da data de ocorrência do fato gerador do ITR referente ao exercício objeto do lançamento, qual sua dimensão?

(4) Havendo área de reserva legal na propriedade averbada antes da data de ocorrência do fato gerador do ITR referente ao exercício objeto do lançamento, ela foi retificada ou cancelada por ato posterior constante da matrícula do imóvel? Havendo retificação ou cancelamento, qual o momento da produção de efeitos?

A recorrente deve ser intimada a se manifestar sobre o resultado da diligência, com abertura do prazo de trinta dias. Após a juntada aos autos da manifestação e/ou da certificação de não apresentação no prazo fixado, venham os autos conclusos para julgamento.

Isso posto, voto por CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA.

CONCLUSÃO

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido na resolução paradigma, no sentido de converter o julgamento em diligência.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente Redatora